

REGIMENTO INTERNO DA REPÚBLICA TOKA

TÍTULO I *Das Definições*

Art. 1º - Para os efeitos do presente regimento adotar-se-ão as definições seguintes:

I – República Federal: Imóvel de propriedade da Universidade Federal de Ouro Preto destinado à moradia estudantil, legalmente cedido aos residentes moradores, que constitui sede dos bens materiais e imateriais que cada república estudantil possui, garantido espaço seguro e sadio para que cada grupo de estudantes ali residente dê cumprimento aos objetivos e finalidades constantes do presente regimento, bem como da resolução CUNI 779/06 e do estatuto que cada república estudantil possua ou venha a possuir.

II – Residente Morador: Todo estudante da UFOP que resida na República Federal na condição de residente morador quando da aprovação do presente regimento, bem como o aluno da Universidade Federal de Ouro Preto que venha a ser aprovado no processo de avaliação por unanimidade pela Assembléia de Moradores.

III – Residente Calouro: Aluno da Universidade Federal de Ouro Preto, que manifeste vontade de passar por processo de avaliação em uma República Federal, assinando termo de responsabilidade competente.

IV – REFOP: Associação dos moradores das Repúblicas Federais da Universidade Federal de Ouro Preto, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 09.319.489/0001-33 , com sede na Praça Tiradentes n 9, centro, Ouro Preto-MG, CEP 35400-000 – CAEM.

TÍTULO II *Das Residências Universitárias*

Art. 2º - A República TOKA, fundada em 01/05/1974, destina-se a assegurar moradia a estudantes, prioritariamente carentes, de acordo com a Resolução CUNI nº.779, de 25 de agosto de 2006, desde que regularmente matriculados nos Cursos de graduação e de Pós-Graduação da Universidade.

§ 1º - O imóvel onde funciona a República TOKA é de propriedade da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo legalmente cedido aos moradores que nela residem.

§ 2º - É responsabilidade dos moradores residentes nos imóveis denominados Repúblicas Federais zelar pela sua manutenção.

§ 3º - Em cada República Federal serão alojados, no mínimo, o número de estudantes sugerido por parecer técnico da Prefeitura Universitária da UFOP, ouvida a Comissão de Repúblicas Federais – REFOP - como órgão consultivo, não devendo existir vagas ociosas.

§ 4º - Serão consideradas vagas ociosas aquelas que se mantiverem desocupadas por mais de dois meses.

§ 5º - Serão consideradas vagas preenchidas aquelas ocupadas por residentes moradores e por residentes calouros.

CAPITULO I *Dos Objetivos*

Art. 3º - São objetivos da República TOKA:

I) oferecer ao residente ambiente sadio capaz de permitir-lhe melhor aplicação nos estudos, atenuando preocupações de outra natureza;

II) contribuir para o desenvolvimento da personalidade do residente, atribuindo-lhe responsabilidade de convivência coletiva;

III) estimular e desenvolver entre os residentes o espírito de solidariedade e um clima de permanente compreensão dos seus direitos e deveres no ambiente comunitário.

IV - promover o desenvolvimento humano dos residentes;

V - incentivar a vida acadêmica dos residentes;

VI - estimular o incremento cultural dos residentes;

VII - permitir a integração e a amizade entre os residentes;

VIII - possibilitar o ingresso de brasileiros de baixa renda na Universidade Federal de Ouro Preto;

IX – conservar e restaurar o patrimônio cultural e histórico que são as Repúblicas Federais, tanto material quanto imaterial;

X – Preservar e salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da comunidade republicana da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

XI - oferecer ao residente condições de moradia em ambiente que se assemelhe ao familiar e, conseqüentemente, propicie melhores condições

de estudo;

XII – receber excursões de alunos com o intuito de promover o intercâmbio cultural e apoio logístico;

XIII - receber, por período determinado estudantes de intercâmbio regular com a UFOP

Parágrafo Único – A República TOKA poderá promover a realização de atividades sociais, culturais, esportivas e de lazer, integradas no contexto dos programas da Universidade.

CAPITULO II

Da Assembléia de Moradores

Art. 4º - A República TOKA terá uma Assembléia de Moradores, que será assim composta:

- I – Pelo presidente, que a presidirá;
- II – Pelos residentes moradores.

Parágrafo Único - O presidente será o morador residente mis antigo na Republica Federal TOKA.

Art. 5º - Compete a Assembléia de Moradores:

- a) traçar diretrizes para o funcionamento da República Federal Toka por maioria simples;
- b) analisar os casos de indisciplina ocorridos no interior da República Federal Toka, por unanimidade;
- c) propor instruções complementares às normas deste Regimento quanto ao funcionamento e manutenção da República Federal Toka, por unanimidade.
- d) promover e apoiar a realização de atividades sociais, culturais, esportivas e de lazer, por maioria simples.
- e) envidar esforços para a consecução das finalidades e objetivos de cada República TOKA, por unanimidade;
- f) gerir a República Federal Toka;
- g) administrar o patrimônio da República Federal Toka, por unanimidade;
- h) deliberar acerca das questões de interesse da República Federal Toka, por maioria simples;
- i) decidir acerca da inclusão de residente morador na República Federal Toka, por unanimidade;
- j) decidir acerca da exclusão de residente morador na República Federal Toka, por unanimidade;
- k) aplicar punições relativas às transgressões previstas nesse

regimento, por maioria simples.

Art. 6º - Compete ao Presidente da Assembléia de Moradores:

- a) convocar e presidir as reuniões da Assembléia de Moradores;
- b) cumprir e fazer cumprir o presente Regimento;
- c) tomar medidas, juntamente com os outros residentes moradores, para o funcionamento das República Federal Toka;
- d) comunicar a concessão de vaga ao estudante que tenha sido selecionado para morar na Residências Federal Toka;
- e) notificar a perda do benefício ao estudante que estiver enquadrado em qualquer uma das situações previstas no parágrafo 2º do Art. 12 deste Regimento.

Capítulo III **Dos Direitos e Deveres dos residentes**

Art. 7º - É direito dos residentes das Repúblicas Federais:

- a) utilizar plenamente as instalações da República Federal;
- b) receber visitas de familiares, ex-alunos, colegas e de eventuais convidados;

Art. 8º - É dever dos residentes da República Federal:

- a) colaborar na manutenção da ordem interna e respeitar os direitos dos demais moradores, colegas e funcionários;
- b) zelar pela conservação das instalações da República Federal e colaborar na manutenção e higiene nas suas dependências;
- c) indenizar danos e prejuízos materiais causados ao próprio imóvel, aos móveis e utensílios da República Federal;
- e) cumprir e fazer cumprir este Regimento, bem como a Resolução CUNI nº.779/2006
- f) vedar a permanência de pessoas estranhas no recinto da República Federal, salvo as visitas eventuais de ex-alunos, familiares e colegas, bem como as pessoas convidadas ou participantes dos eventos culturais realizados pelas Repúblicas Federais.
- g) administrar a República Federal, procurando zelar pela sua conservação e manutenção;
- h) zelar pela ordem e disciplina da República Federal;
- i) tomar providências quanto à conservação dos bens imóveis e móveis da República Federal;
- j) comunicar à Assembléia de Moradores os casos relativos a danos ou prejuízos causados por estudantes na República Federal, comprometendo o

patrimônio da Universidade;

k) encaminhar os problemas relacionados com enfermidades e casos de acidentes ocorridos na República Federal, comunicando em tempo hábil a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis;

l) Conhecimento e zelo com a história e tradição, principalmente quanto às ex-alunas da República TOKA;

m) Respeitar a todos os residentes moradores, tendo em vista que os mesmos são responsáveis pela manutenção e continuidade da República Federal TOKA .

Art. 9º - É direito exclusivo dos residentes moradores:

I – Participar das Assembléias de Moradores;

II – Manifestar-se nas Assembléias de Moradores;

III – Votar e ser votado nas Assembléias de Moradores;

IV - recorrer ao CUNI, como instância conclusiva, contra qualquer ato da Administração Superior desta Universidade;

V - adotar procedimentos próprios de autogestão e autonomia na administração da República Federal;

VI – convocar assembléia dos moradores para apreciar e aprovar o regimento interno da República Federal e/ou possíveis alterações que sejam apresentadas pelos moradores;

CAPÍTULO IV

Da seleção para ingresso em processo de avaliação na República Federal Toka

Art. 10 – A seleção para ingresso em processo de avaliação de uma República Federal, na condição de residente calouro, ocorrerá sempre que uma República Federal tiver vaga disponível e que um estudante da Universidade Federal de Ouro Preto manifeste seu interesse em passar pelo processo de avaliação naquela República respectiva.

§1º - Esse acordo entre a República Federal e o pretense residente calouro deve observar as características peculiares de cada República Federal.

§2º - Havendo aceitação das pessoas mencionadas nesse artigo, o pretense residente calouro deve assinar termo de responsabilidade competente e poderá iniciar o processo de avaliação imediatamente.

CAPÍTULO V

Do processo de avaliação

Art. 11 – Selecionado para ingressar na República Federal na condição de residente calouro, o aluno ficará sujeito a processo de avaliação, por período de até 03 (três) meses, durante o qual a sua aptidão, afinidade com o grupo e capacidade colaborativa serão objeto de avaliação para efetivo ingresso, observados, dentre outros semelhantes, necessários à análise do ingresso nesse ambiente familiar, os seguintes fatores:

- I – convivência;
- II - disciplina;
- III - capacidade de iniciativa;
- IV - produtividade;
- V- responsabilidade.
- VI – Honestidade.
- VII – Zelo pela cultura e patrimônio da casa.
- VIII – Capacidade de se relacionar com os residentes da República Federal que escolher, harmoniosamente.
- Ix – Zelo pelo contato e amizade pelos moradores das demais repúblicas de Ouro Preto.

§ 1º Cinco (05) dias antes de findo o período do processo de avaliação, será submetida à homologação da Assembléia de Moradores a avaliação do desempenho candidato a residente morador, que será aprovada ou não em votação aberta e justificada, devidamente registrada em Ata.

§ 2º O candidato a residente morador não aprovado no processo de avaliação será desligado da República, sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias para desocupar o imóvel.

§3º - O prazo mencionado no caput deste artigo será suspenso em casos de greve e/ou férias.

Art. 12 - Será qualificado como Residente Morador o estudante selecionado pelos critérios estabelecidos pelo presente regimento e aprovado em processo de avaliação.

§ 1º - O benefício da moradia será concedido oficialmente pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PRACE, por meio da cessão onerosa da vaga, após terem sido cumpridas todas as etapas previstas no presente regimento, desde que em consonância com o disposto na Resolução CUNI nº. 779/2006.

§ 2º - A concessão do benefício será cancelada pela PRACE, por meio da rescisão do termo de cessão onerosa, quando o residente morador:

- I - tiver cancelado sua matrícula na Universidade;
- II – obtiver coeficiente escolar inferior ao previsto pela universidade em casos de desligamento;
- III - estiver apto a colar grau;

IV – tiver cassada sua condição de residente morador por unanimidade em decisão da Assembléia de Moradores.

CAPÍTULO VII

Das Transgressões e Punições Disciplinares

SEÇÃO I

Das transgressões

Art. 13 - São consideradas transgressões disciplinares:

- I. atos atentatórios à moral;
- II. desrespeito, desacato, ofensa moral ou física a qualquer membro da Comunidade Universitária, ou funcionário da República Federal Toka;
- III. provocação de desordens, perturbação da paz e da tranqüilidade nas dependências das residências;
- IV. dano patrimonial aos bens pertencentes às Repúblicas Federais;
- V. posse indevida de objetos alheios;
- VI. uso ou posse de entorpecentes e alucinógenos;
- VII. guarda de armas de qualquer tipo.

SEÇÃO II

Das Punições

Art. 14 - São punições disciplinares:

- a) a admoestação verbal;
- b) a repreensão escrita;
- c) a exclusão da República Federal.

§ 1º - A competência para aplicar punições disciplinares é da Assembléia de Moradores, sendo garantido ao transgressor amplo direito de defesa;

§2º - Na aplicação da penalidade, considerar-se-á a natureza e a gravidade da infração cometida, os princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, os danos decorrentes para o patrimônio e o serviço público, bem como as circunstâncias agravantes e as atenuantes, para fins de graduação da pena.

§ 3º - a punição disciplinar não exclui a indenização por danos ou prejuízos materiais, porventura causados à República Federal;

Art. 15 - As penalidades aplicadas, salvo a exclusão da República Federal, perderão seus efeitos após um período superior a um ano, sem que o residente incorra em prática de outra infração administrativa definida neste regimento.

CAPÍTULO VIII **Do calendário festivo**

Art. 16 – São festas tradicionais da República TOKA, realizadas no intuito de promover a integração social dos moradores e ex-moradores com a sociedade, bem como manter a história e cultura da república, cabendo a todos os seus residentes a organização:

- I) Aniversário da Escola de Minas, 12 de outubro;
- II) Carnaval;
- III) Aniversário da República, 21 de Abril;
- IV) Formatura de moradores;

TÍTULO III ***Das Disposições Gerais e Transitórias***

Art. 17-A república TOKA é uma associação de moradoras e ex-alunas (AMETO), sem fins lucrativos que visa o fortalecimento e a estruturação da República Toka, a fim de incentivar os desenvolvimentos técnico-científico e sócio-cultural dos seus associados, em especial dos estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), através de regimentos de seu estatuto e da legislação aplicável à espécie.

Art. 18- A cada ano um grupo de moradoras será eleito em assembleia para compor a diretoria da associação, dividas nos cargos de competência elencados no estatuto da AMETO.

ART.18- A cada dois anos, um morador será reponsável pela administração e controle de movimentação bancária da República TOKA. Esse morador será eleito em Assembleia das moradoras.

Art. 16 - Cabe à Assembleia de Moradores adotar as normas complementares necessárias ao funcionamento da casa.

Art. 17 - Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.